

**ATA DA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL
ELETRÔNICO – 2018
(163ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PJE)**

Ata da 1ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 12 de janeiro de 2018, às 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor **Desembargador Flávio Rostirola**, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília **Flávio Augusto Martins Leite**, o Excelentíssimo Juiz de Direito de Turma Recursal **João Luis Fischer Dias**, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT **André Vinícius de Almeida**, o Senhor Secretário-Geral do Tribunal de Justiça e dos Territórios do DF **Celso de Oliveira e Sousa Neto**, a Senhora Secretária- Geral da Corregedoria Substituta **Alba Valéria Martins Vinuesa Freire**, o Senhor Assessor da Primeira Vice-Presidência **Luiz Antonio de Araújo**, e a Senhora Assessora do MPDFT **Gabriela Badaró**. Presentes ainda, a Senhora secretaria Substituta da Secretaria Judiciária **Ana Patricia Lafeta de Oliveira Crivelaro** e a Senhora Servidora da Secretaria Especial do Processo Judicial Eletrônico **Waleska Barbosa Paes de Barros Rimolo**. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutor Lizandro Garcia Gomes Filho, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Caio Brucoli Sembongi, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Segunda Vice-Presidência Luciana Yuki Fugishita Sorrentino, a Excelentíssima Senhora Representante da OAB/DF Conselheira Hellen Falcão, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do DF Sandra Aparecida Dohler Ferreira, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca e o Senhor Secretário Especial do PJE **Declieux Dias Dantas**. O Excelentíssimo Senhor **Desembargador Flávio Rostirola** iniciou os trabalhos submetendo à apreciação dos membros do Comitê o **primeiro item da pauta: Aprovação da Ata da 43ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 15 de dezembro de 2017**. A ata foi aprovada por ausência de impugnação. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor **Desembargador Flávio Rostirola** passou ao **segundo item da pauta: Assuntos Diversos**. Na ocasião, foi franqueada a palavra ao Senhor Secretário-Geral, que a pedido do Desembargador Presidente, prestou informações sobre os investimentos na área de infraestrutura de TI. Iniciou explicando que estes investimentos foram separados em seis módulos: 1-processamento, 2-segurança,3-armazenamento,4-conectividade,5-bancos de dados e 6-disponibilidade de equipamentos para usuários. Em seguida, relatou que, a grande aquisição foi o servidor de visão crítica do PJE. Informou que o banco de dados do PJE será migrado para este servidor e que a máquina chegou e já foi instalada, a empresa que dará suporte é a Bool.

A migração iniciará dia 22/01, o que irá melhorar bastante o PJE. Com isto, o Tribunal garante a infraestrutura do PJe. Na ocasião, alertou sobre o sistema, que também precisa evoluir. O sistema deve ter uma evolução constante. Com o novo banco de dados, o Tribunal espera uma alta performance e disponibilidade do PJE. Em relação ao item segurança, especificamente, esclareceu que sobre a questão do firewall e solução de backup, o Tribunal está adquirindo um data center-container, que será a sala de redundância do Tribunal. Essa sala será instalada no Leal Fagundes e terá também um servidor da marca Bool. A sala cofre do Bloco A, será transferida para o container. Em relação ao wifi, foram instalados novos roteadores, que aumentou a velocidade de 54MB VPS por segundo para 1GB. Informou também, que hoje é possível conectar o desktop sem cabeamento. Em seguida, o Secretário-Geral prestou informações sobre orçamento na área da infraestrutura. O Excelentíssimo Procurador de Justiça André Vinícius solicitou apoio da equipe de TI do Tribunal, para a implantação do PJE Criminal e reafirmou que a performance do sistema é essencial para a nova fase do PJE. Exemplificou o caso da arquitetura do sistema, que trabalha com duas máquinas, a principal, onde se faz a consulta dos processos e a de backup, as duas funcionam com uma diferença de 2seg, e que estão fazendo um estudo para que a máquina de backup seja configurada de forma a não ficar ociosa. O Secretário-Geral aproveitou a oportunidade para esclarecer que o Desembargador Presidente tem ciência de toda a demanda do PJE, inclusive do PJE Criminal, e que a administração tem todo interesse que evolua da melhor forma possível, porque o sistema está trazendo economia para o Tribunal. Citou o exemplo da 10ª Vara Cível, onde foi montada toda uma estrutura para digitalização e que eles mesmos estão digitalizando e distribuindo os processos. Em seguida, a Primeira Vice-Presidência vai recolher os processos, e por fim, vão leva-los para o arquivo, no SAAN. Sendo assim, o cartório da referida Vara retirará todas as estantes e impressoras, restando apenas as estações de trabalho. Reforçou o pedido da Presidência para que seja dada prioridade ao PJE Criminal e que irá ao CNJ para tratar deste assunto. O Excelentíssimo Desembargador Flávio Rostirola determinou o registro em ata da próxima reunião do PJE Criminal com todos os membros do comitê, no dia 19 de janeiro, à tarde, com a participação de Magistrados, Servidores, do Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Dr. Omar Dantas, do MM Juiz de Direito Dr. Paulo Afonso, além dos representantes do MPDFT, da OAB/DF, Defensoria, Polícia Civil e Polícia Militar do DF. Em seguida, foi franqueada a palavra ao Excelentíssimo Senhor Juiz Fisher, que pediu informações sobre as desgravações de audiências e se era possível fazer marcas. Foi esclarecido que é possível. O Senhor Representante do MPDFT ressaltou que o sistema de degravação não está tão avançado quanto o da gravação. Para o Segundo Grau o tempo que se perde ouvindo é imenso. Na sequência, foi franqueada a palavra a Senhora Waleska, representante da Secretaria Especial do Processo Judicial Eletrônico -SEPJE para relatar as

demandas do PJE que estão programadas. A servidora iniciou sua fala explicando que utilizaram o recesso para priorizar a evolução do PJE, muitos problemas foram encontrados durante o uso. Disse também que para começar o Criminal tem que implantar e integrar a nova versão (2.05), a previsão para implantar a referida versão é no início de março. O Excelentíssimo Desembargador Flávio Rostirola esclareceu que foi o TJDFT quem fez a versão 2.4 do PJE e que, somente depois, o CNJ realizou um apanhado Nacional e criou a última versão que está sendo implantada. Em seguida, a Servidora da SEPJE, apresentou os grandes projetos em andamento: 1- desenvolvimento do fluxo do NUPMETAS, prioridade da COSIST; 2- desenvolvimento de novas rotinas para a taquigrafia com entrega prevista para início de fevereiro; 3- integração do Pje com a nova central de Mandados; 4- integração do PJe com a Jurisprudência para envios de sentenças; 5- atualização do PJe para versão 2.05 e 6- saneamento dos processos sobrestados. Além desses projetos, foram atendidas as Ordens de Serviço, demandas por telefone e pessoais, serviço constante e volumoso. O cronograma e os próximos projetos a serem iniciados são:

- 1- Migração do banco de dados para o novo servidor recém-chegado, esta ação deve ser iniciada na semana do dia 22 de janeiro;
- 2- Implantação do Plenário Virtual na 7ª Turma Cível com entrega prevista para março;
- 3- Desenvolvimento do fluxo do Conselho Especial com entrega prevista para fevereiro;
- 4- Desenvolvimento do fluxo do Psicossocial;
- 5- Implantação do CEJUSC-BSB no 2º grau;
- 6- Definição das regras e implantação do Plantão Permanente;
- 7- Integração com o PROCART2;
- 8- Atuação no problema de lentidão na remessa de processos entre instâncias;
- 9- Vinculação de modelos de documento com movimento processual;
- 10- Ajustes nos fluxos de Câmara e Turma Criminal;
- 11- Separação dos acumuladores entre os órgãos julgadores para cálculo de distribuição.
- 12- Desenvolvimento do Módulo Criminal do PJe. Em relação ao módulo Criminal, foi apontado que temos que alinhar com o CNJ as decisões sobre como deve ser feito. Em seguida, o Secretário-Geral pediu para registrar em ata a urgência de reunião com o CNJ para tratar da implantação do Módulo Criminal e assuntos diversos. Dando prosseguimento a reunião, o Senhor Representante do MPDFT relatou algumas dificuldades que precisam ser sanadas, inclusive, a questão de login, junto a outros órgãos, e que em uma reunião anterior com o Senhor Secretário do PJE, AGU e CNJ, ficou acertado que, as homologações serão feitas operação por operação, porque se fizesse por inteiro demoraria muito, ainda assim, está bem lento. Logo em seguida o Juiz Flávio, afirmou que questões do processo tem que ficar no processo, é contra não ter certidões no PJE, as informações são necessárias a todos os atores, afirmou que está desenvolvendo uma certidão eletrônica, em paralelo, para contornar o problema. Outra questão relatada pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Flavio Leite foi relativa a um problema muito grave, referente a vinculação de processos pela área técnica, coloca-se um aviso, mas não e

suficiente, precisamos de soluções mais consistentes para vincular penhoras, apensos, principalmente incidentes por suspensão. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor encerrou a sessão às 15 horas, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

Desembargador FLÁVIO ROSTIROLA

Presidente do Comitê Gestor do PJE

FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE

Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília

JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Juiz de Direito de Turma Recursal

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Procurador de Justiça do MPDFT

GABRIELA BADARÓ

Assessora do MPDFT

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO

Secretário-Geral do TJDFT

ALBA VALÉRIA MARTINS VINUEZA FREIRE

Secretária-Geral Substituta da Corregedoria

LUIZ ANTONIO DE ARAÚJO

Assessor da Primeira Vice-Presidência

ANA PATRICIA LAFETA DE OLIVEIRA CRIVELARO

Secretaria Substituta da Secretaria Judiciária

WALESKA BARBOSA PAES DE BARROS RIMOLO

Secretaria Especial do Processo Judicial Eletrônico

***Referente à Ata da 1ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico - PJE**